MARCO AURÉLIO SCAMPINI SIQUEIRA RANGEL

A Prova no processo eleitoral

O direito probatório no contencioso cível eleitoral

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos
Lucon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

MARCO AURÉLIO SCAMPINI SIQUEIRA RANGEL

A Prova no processo eleitoral

O direito probatório no contencioso cível eleitoral

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Rangel, Marco Aurélio Scampini Siqueira
A Prova no processo eleitoral: o direito
probatório no contencioso cível eleitoral ; Marco
Aurélio Scampini Siqueira Rangel ; orientador Paulo
Henrique dos Santos Lucon -- São Paulo, 2020.
278 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Processo Civil. 2. Eleitoral. 3. Provas. I.
Lucon, Paulo Henrique dos Santos, orient. II. Título.

Nome: RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira.

Título: A Prova no processo eleitoral – O direito probatório no contencioso cível eleitoral

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Ao meu padrinho José Fernando Ferreira, que não verá o resultado deste
trabalho, mas foi essencial para a sua concretização.
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu estimado orientador, Paulo Henrique dos Santos Lucon, por ter me acolhido como orientando no curso de pós-graduação e ser sempre disponível e solícito durante toda essa jornada. Obrigado por compartilhar seu escasso tempo e seus preciosos ensinamentos.

Aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de defesa da tese, pela disposição de debater as ideias aqui ventiladas e trazer suas contribuições para a discussão desse tema que me é caro.

Aos professores com os quais tive oportunidade de aprender no nas disciplinas da pós-graduação, que foram verdadeiros mestres e ensinaram muito mais do que direito na forma de transmitir seus inesquecíveis ensinamentos.

Aos amigos e processualistas Thiago Siqueira, Carlos Frederico Bastos e Francisco Machado, que estiveram sempre disponíveis para debater ideias e doar um pouco de seu tempo para que essa tese fosse elaborada.

Ao meu sogro, Mauro, por apoiar meus projetos e se mostrar sempre interessado no seu desenvolvimento e evolução.

À minha madrinha Lea, que esteve ao meu lado desde os primeiros passos, sempre estimulando a minha curiosidade e interesse pela busca de conhecimento.

Aos amados meus pais Ana e Gil, obrigado por me apoiarem, desde o começo. Por estarem sempre na torcida e por terem me dado apoio, lições e condições indispensáveis para que pudesse chegar até aqui.

Por fim, a Jana, por todo amor, cumplicidade e suporte ao longo desses três anos. Obrigado pela compreensão em todos os momentos de convívio que foram sacrificados e longas noites sem dormir. E, obrigado por ser minha maior incentivadora e abraçar meus projetos com a mesma intensidade que faz com os seus.

*“The truth is rarely pure and never simple. Modern life
would be very tedious if it were either, (...)”*
(WILDE, Oscar. “The Importance of Being Earnest”)

RESUMO

RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. **A Prova no processo eleitoral: O direito probatório no contencioso cível eleitoral**. 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Processo Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente estudo foi realizado mediante averiguação bibliográfica de legislação, doutrina e jurisprudência pátrias e estrangeiras, no âmbito do direito processual eleitoral, voltada à análise do direito probatório nesse ramo do processo civil. O estudo adota como premissas básicas o fato de que o processo civil eleitoral é dotado de características próprias que impõem uma compreensão própria dos diversos institutos e aspectos do processo civil, sendo essa análise voltada à questão probatória. Ao longo do estudo são fixadas premissas tais quais a natureza coletiva do processo civil eleitoral, a existência de procedimentos de natureza sancionatória e necessidade de observância da principiologia a eles subjacente e a imposição da adoção de standards probatórios próprios a fim de compatibilizar a atividade instrutória no processo civil eleitoral com a proteção do bem jurídico tutelado. A partir disso, são abordadas as consequências que essa compreensão sistêmica do direito probatório eleitoral terá sobre os diversos aspectos do processo como o ônus da prova, a iniciativa probatória do juiz, a prova pré-constituída, a prova emprestada e o tratamento das provas em espécie no processo civil eleitoral.

Palavras-chave: 1. Processo Civil; 2. Eleitoral; 3. Provas.

ABSTRACT

RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. **The Evidence in electoral procedure: Evidence law in electoral civil procedure.** 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Processo Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The present study was conducted based on a bibliographic review of national and foreign legislation, doctrine and case law, within the scope of electoral procedural law, focused on the analysis of evidence law in this branch of civil procedure. The study adopts as basic premises the fact that the electoral civil procedure is endowed with its own characteristics that impose a proper understanding of the various institutes and aspects of the civil procedure, and this analysis focuses on the probative issue. The study establishes premises such as the collective nature of the civil electoral procedure, the existence of sanctioning procedures and the need to comply with the underlying principles and the imposition of the adoption of its own evidentiary standards in order to make the probative activity compatible with electoral civil procedure with the protection of the electoral legal interest. From this point, the study aims to analyze the consequences that this systemic understanding of electoral probative law will have on the various aspects of the process such as the burden of proof, the probative initiative of the judge, the pre-constituted proof, the evidence transportation and the treatment of the each type of evidence in the electoral civil procedure.

Keywords: 1. Civil Procedure; 2. Electoral; 3. Evidence.

RIASSUNTO

RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. **Le Prove nella procedura elettorale: la legge sulle prove nella procedura civile elettorale.** 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Processo Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Il presente studio è stato condotto sulla base di una revisione bibliografica della legislazione, della dottrina e della giurisprudenza, nazionale e straniera, nell'ambito del diritto processuale elettorale, incentrato sull'analisi del diritto delle prove in questo ramo della procedura civile. Lo studio adotta come premessa di base il fatto che la procedura civile elettorale è dotata di proprie caratteristiche che impongono una corretta comprensione dei vari istituti e aspetti della procedura civile, e questa analisi si concentra sulla questione probatoria. Lo studio stabilisce premesse come la natura collettiva della procedura elettorale civile, l'esistenza di procedimenti sanzionatori e la necessità di rispettare i principi sottostanti e l'imposizione dell'adozione dei propri standard probatori al fine di rendere l'attività probatoria compatibile con quella procedura civile elettorale a tutela dell'interesse legale elettorale. Da questo punto, lo studio mira ad analizzare le conseguenze che questa comprensione sistemica della legge probatoria elettorale avrà sui vari aspetti del processo come l'onere della prova, l'iniziativa probatoria del giudice la prova precostituita, la circolazione della prova e il trattamento di ciascun tipo di prova nell'ambito della procedura civile elettorale.

Parole chiave: 1. Procedura civile; 2. Elettorale; 3. Prove.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PLANO DE TRABALHO.....	15
 PARTE I – PROVA NO PROCESSO CIVIL ELEITORAL.....	17
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE PROVA	17
1.1. DEFINIÇÃO DE PROVA.....	19
1.2. RELAÇÃO ENTRE PROVA E VERDADE	23
1.3. STANDARDS PROBATÓRIOS	28
1.3.1. <i>Preponderância da prova</i>	35
1.3.2. <i>Prova clara e convincente</i>	37
1.3.3. <i>Prova além da dúvida razoável</i>	39
1.3.4. <i>Os standards no direito brasileiro</i>	40
1.4. O DIREITO À PROVA.....	44
1.4.1. <i>Natureza constitucional do direito à prova</i>	47
1.5. A PROVA NO CPC/15.....	50
1.5.1. <i>Dever de fundamentação</i>	56
1.5.2. <i>Poderes Instrutórios do Juiz</i>	60
 2. DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL	68
2.1. JUSTIÇA ELEITORAL	68
2.2. JUDICIALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES.....	81
2.3. PROCESSO CIVIL ELEITORAL	85
2.4. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL ELEITORAL	88
2.4.1. <i>Tipicidade eleitoral</i>	89
2.4.2. <i>Adequação do processo ao calendário eleitoral</i>	91
2.4.3. <i>In dubio pro suffragio</i>	94
2.5. NATUREZA COLETIVA DO PROCESSO CIVIL ELEITORAL	96
2.5.1. <i>Bem jurídico de natureza coletiva tutelado</i>	96
2.5.2. <i>Mudança de paradigma com a Constituição Federal de 1988</i>	102
2.5.3. <i>Legitimação extraordinária</i>	105
2.5.4. <i>Reforma eleitoral de 2015 e aproximação com o processo coletivo pela via legislativa</i>	110
2.5.5. <i>Processo Civil Eleitoral e microsistema do processo coletivo</i>	112
2.6. PROCESSO ELEITORAL SANCIONADOR.....	114
2.6.1. <i>Ações civis eleitorais sancionatórias e não-sancionatórias</i>	118
2.6.2. <i>Influência dos princípios do processo penal</i>	121
 3. PROVA CIVIL ELEITORAL	127

3.1. TRATAMENTO LEGAL DA PROVA CIVIL ELEITORAL	127
3.2. OBSTÁCULOS DA PROVA ELEITORAL	130
3.2.1. <i>Fator tempo</i>	131
3.2.2. <i>Produção da prova no contexto da disputa eleitoral</i>	133
3.2.3. <i>Dificuldade de apuração dos atos de corrupção</i>	135
3.3. DIREITO À PROVA NO PROCESSO ELEITORAL	137
3.4. STANDARD PROBATÓRIO ELEITORAL	142
3.4.1. <i>Elementos do direito eleitoral e a formação dos standards probatórios</i>	143
3.4.2. <i>Standards probatórios eleitorais</i>	146
4. CONCLUSÕES PARCIAIS	154
 PARTE II – REFLEXOS DO TRATAMENTO ADEQUADO DA PROVA CIVIL ELEITORAL	 156
1. INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ ELEITORAL.....	156
1.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E O CPC/15	156
1.2. PRESERVAÇÃO DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ ELEITORAL.....	161
1.3. INICIATIVA PROBATÓRIA NO PROCESSO ELEITORAL	166
1.4. A ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DO ART. 23 DA LC 64/90	170
2. ÔNUS DA PROVA	178
2.1. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO ELEITORAL.....	178
2.2. ÔNUS DA PROVA E PRINCÍPIO DO <i>IN DUBIO PRO SUFRAGIO</i>	180
2.3. ÔNUS DA PROVA NOS PROCESSOS ELEITORAIS DE CARÁTER SANCIONATÓRIO.....	182
2.4. DECISÃO COM BASE EM ÔNUS DA PROVA E IDEAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	183
2.5. DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA	186
3. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.....	195
3.1. RELEVÂNCIA DA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA NO PROCESSO CIVIL ELEITORAL.....	195
3.2. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	198
3.3. ATA NOTARIAL	202
3.4. INQUÉRITO CIVIL ELEITORAL	205
4. PROVA EMPRESTADA.....	214
4.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	214
4.2. A COMPATIBILIZAÇÃO DA PROVA EMPRESTADA COM O PROCESSO CIVIL ELEITORAL	217
5. PROVAS EM ESPÉCIE.....	223
5.1. PROVA DOCUMENTAL	223
5.1.1. <i>Documentos eletrônicos</i>	225
5.1.2. <i>Arguição de falsidade</i>	228
5.1.3. <i>Exibição de documentos</i>	230

5.2. PROVA ORAL.....	232
5.2.1. <i>Prova testemunhal singular</i>	238
5.3. PROVA PERICIAL.....	240
5.3.2. <i>Prova técnica simplificada</i>	242
5.4. INSPEÇÃO JUDICIAL	243
6. CONCLUSÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS.....	251

INTRODUÇÃO

O estudo que ora nos propomos a desenvolver terá como objeto o direito probatório no processo civil eleitoral e as características próprias desse ramo do direito que impõem um tratamento particularizado em matéria de provas, como forma de compatibilização com as regras e princípios nele vigentes.

Ao longo das diversas fases pelas quais o direito processual passou, nunca se pôde perder de vista a noção instrumental do processo judicial. No momento atual, em razão da complexidade das relações humanas, o processo vem se especializando cada vez mais de acordo com o ramo do direito tutelado. De forma que, além da clássica divisão entre processo civil e processo penal, diversos outros ramos vêm surgindo ao longo das últimas décadas. E, ao que compete a este estudo, o ramo do processo eleitoral, mais especificamente, processo civil eleitoral, veio ganhando relevância nos últimos anos.

Cada vez mais, os estudiosos do direito têm reconhecido a necessidade de um tratamento particularizado do processo civil eleitoral, a partir de suas peculiaridades e com vista ao bem jurídico tutelado, que possui íntima relação com o próprio regime democrático no qual as sociedades atuais, em sua maioria, se baseiam.

É importante notar que essa atenção dada ao estudo do processo civil eleitoral, de maneira autônoma, não se deve a um interesse repentino sobre um tema até então pouco explorado. Em verdade, é possível afirmar que esse movimento é um reflexo da relevância que a própria Justiça Eleitoral ganhou nos últimos anos, acompanhando o protagonismo ao qual foi alçado todo o Poder Judiciário.

Há poucos anos a compreensão da população em geral sobre o papel da Justiça Eleitoral se limitava à realização das eleições. No entanto, em virtude de uma série de acontecimentos no cenário político nacional, nunca a atividade jurisdicional da Justiça Eleitoral esteve tão em voga. Concentrando a análise da atuação do TSE, para não falar da atuação das outras esferas da Justiça Eleitoral,

a população passou a acompanhar diversos processos de grande relevância que tramitaram nessa corte, com consequências relevantes no cenário nacional.

Desde os embates jurídicos relativos à Lei da Ficha Limpa até o julgamento das ações movidas em face da então Presidente da República e de seu Vice¹, o TSE tem ocupado importante espaço nos noticiários e na vida política brasileira. Isso se deve a um forte movimento de judicialização da política, o qual será tratado de maneira mais aprofundada no desenvolvimento do presente estudo, que alçou a Justiça Eleitoral a esse posto de destaque e despertou o interesse no estudo do tema.

O aumento da litigiosidade pré-eleitoral e pós-eleitoral reflete um contexto de acirramento dos ânimos da política nacional que não fica mais restrito à disputa eleitoral propriamente dita. Desde a redemocratização nunca houve um momento em que o clima da disputa eleitoral se mantivesse presente mesmo nos períodos entre eleições, o que impõe um maior desafio para a Justiça Eleitoral no controle da regularidade do processo democrático.

Nesse contexto de maior atuação das Cortes Eleitorais, alguns debates começam a ser travados, seja com relação às normas de direito material, seja com relação ao direito processual. No presente estudo o que se pretende enfocar é o regramento probatório pertinente ao direito processual civil eleitoral, o que se justifica em razão da destacada relevância do direito probatório para o processo eleitoral.

Diversas razões serão expostas no decorrer da análise, mas a título introdutório é possível ressaltar dois aspectos que tornam imprescindível um tratamento mais apurado da prova civil eleitoral. O primeiro deles é a dificuldade de apuração dos fatos inerente às condutas irregulares no âmbito eleitoral. Visto que, como regra, os agentes envolvidos em irregularidades eleitorais atuarão no sentido de esconder a sua prática e dificultar a apuração devida dos fatos. Além disso, os exíguos prazos impostos às demandas eleitorais também contribuem para tornar a atuação do julgador, especialmente em relação à colheita de provas, ainda mais complexa.

¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 194358, Relator Min. Herman Benjamin, Brasília, DF, 12 de setembro de 2018.

Um segundo aspecto que justifica o tratamento do tema é a recente promulgação do novo Código de Processo Civil, com suas consequentes alterações nas normas processuais vigentes e, especificamente, sobre as normas em matéria de provas. Alguns autores já se dedicaram a estudar os impactos do CPC/15 sobre o processo eleitoral,² no entanto, ainda há muito o que se analisar, especialmente em matéria de provas.

Questões como a utilização da prova emprestada nos procedimentos eleitorais, a produção antecipada de prova e a os limites dos poderes instrutórios do juiz eleitoral carecem de um tratamento sistematizado, com enfoque no direito eleitoral e suas características próprias. Pois, a simples adoção das normas processuais previstas no processo civil eleitoral não é adequada à tutela dos direitos em jogo nas ações eleitorais.

O tratamento das provas como feito pelo código de processo civil somente se mostra adequado quando o que está sob análise são direitos de índole individual. Visto que, a tutela de interesses de natureza coletiva, em especial os eleitorais, que versam sobre a regularidade do processo eleitoral, demanda a compatibilização com um conjunto normativo e principiológico que implicará consequências como uma maior participação do juiz na colheita de prova e maior rigor na sua análise.

Como será devidamente analisado, a aplicação direta de normas processuais elaboradas para solucionar litígios individuais e que se desenvolvem em um contexto substancialmente diverso do ambiente de disputa eleitoral, inviabiliza o trâmite das demandas eleitorais e traz graves consequências à segurança jurídica e previsibilidade que se exige das regras processuais.

² Entre os trabalhos que se dedicaram à analisar as consequências do novo CPC ao Processo Civil Eleitoral, cabe citar alguns: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral**. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016; JORGE, Flávio Cheim; LIBERATO, Ludgero; RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Curso de Direito Eleitoral**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2017; LIBERATO, Ludgero. RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. **A aplicação subsidiária do CPC ao contencioso eleitoral antes e depois do advento do CPC/2015**. Revista dos Tribunais. p. 47-72. vol. 993/2018. jul./2018; TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016; REIS, Marlon. SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. MATEUS, Laudo Natel. **Processo eleitoral e o novo CPC – aplicação imediata**. Salvador: Juspodivm, 2016; STOCO, Rui. STOCO, Leandro de Oliveira. **Legislação eleitoral interpretada – Doutrina e Jurisprudência**. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Plano de Trabalho

O trabalho será dividido em duas partes de maneira a facilitar a compreensão do tema e a posterior consulta a temas específicos. Na primeira parte (Parte I – A Prova no Processo Civil Eleitoral), serão fixadas as premissas teóricas relativas à Prova no âmbito do Direito Processual Civil. Definições básicas como conceito de prova, a relação entre prova e verdade e o direito à prova serão objeto de considerações preliminares. Ainda, a questão relativa aos *standards* probatórios será devidamente analisada, dada sua relevância para o tema desenvolvido.

Na sequência, o estudo se voltará ao direito processual eleitoral e suas regras próprias. Nesse ponto é que temas como a divisão entre o processo civil e o processo penal eleitoral, a judicialização das eleições e a natureza coletiva do processo civil eleitoral serão aprofundados. Além das ações eleitorais cíveis de caráter sancionatórios, não só por demandarem tratamento diferenciado, mas em razão das relevantes consequências que tal tratamento acarreta para a produção e valoração das provas.

Por fim, encerrando a primeira parte do trabalho, todas as premissas anteriormente fixadas serão utilizadas para possibilitar a consolidação de uma compreensão mais ampla da prova civil eleitoral, considerando desde o bem jurídico tutelado até os obstáculos da colheita de provas. Nesse ponto do trabalho é que serão fixados os *standards* probatórios eleitorais, cuja relevância se destaca em favor da racionalização da tomada de decisão pelos magistrados e do relevante papel para o controle social da atuação do Poder Judiciário.

Na segunda parte (PARTE II – Reflexos do Tratamento Sistematizado da Prova Civil Eleitoral), as premissas anteriormente fixadas serão aplicadas aos diversos aspectos do direito probatório, de forma a consolidar a sistematização anteriormente proposta e testar as ideias ventiladas, com o objetivo de assegurar a coerência da tese como um todo.

Os primeiros aspectos analisados serão a iniciativa probatória do juiz eleitoral, na qual se destacam a necessidade de preservação da imparcialidade do juiz eleitoral e a definição dos limites para sua atuação, em um contexto de disputa eleitoral. Além disso, também será abordado o ônus da prova, através de sua relação com o princípio do *in dubio pro suffragio*, as demandas eleitorais civis

sancionatórias e os objetivos inerentes à atuação da Justiça Eleitoral. Bem como, será debatida a possibilidade de utilização de instrumentos como a dinamização do ônus da prova.

Em seguida, será abordada a relevância da prova pré-constituída para o processo civil eleitoral. Tema que ganhou ainda mais destaque após as mudanças sofridas no regramento da produção antecipada de provas com o advento do CPC/15. Além disso, a questão relativa ao Inquérito Civil Eleitoral, sua constitucionalidade e adequação às peculiaridades do processo eleitoral também serão objeto de tratamento. Bem como a utilidade da ata notarial no contencioso cível eleitoral.

Dando continuidade ao estudo, será apreciada a prova emprestada e sua compatibilização com o processo eleitoral. A necessidade de preservação do contraditório e o empréstimo de provas oriundas de processos e inquéritos criminais também serão analisados, a fim de delimitar os limites para esse instrumento.

Também alguns aspectos das provas em espécie que se mostram relevantes analisar, como o incidente de falsidade de documentos, a rejeição da prova testemunhal singular e a prova técnica simplificada e suas aplicações, serão postos em debate e confrontados com as premissas delineadas na primeira parte.

Durante o desenvolvimento do trabalho foram referenciados alguns julgados de forma a evidenciar como as Cortes Eleitorais têm abordado o tema da prova, e demonstrar que, embora haja várias decisões que estejam de acordo com as posições defendidas neste estudo, há uma necessidade de consolidação de um tratamento sistematizado e uniforme ao direito probatório civil eleitoral, a fim de garantir previsibilidade e transparência à atuação do juiz eleitoral, valores essenciais à tomada de decisão de uma esfera dos poderes que tem a aptidão para se contrapor à vontade popular manifesta nas urnas.

Dessa forma, o que se pretende com é demonstrar que as peculiaridades do processo civil eleitoral, advindas em grande parte da natureza do bem jurídico tutelado, irão influenciar de maneira substancial no direito probatório eleitoral. Nesse sentido, a produção, análise e valoração das provas no contencioso eleitoral deve se pautar por premissas próprias, não sendo possível a mera importação de regras oriundas do processo civil tradicional.

6. CONCLUSÕES FINAIS

A Justiça Eleitoral foi alçada a um status de destaque nos últimos anos, em razão de uma sequência de questões relevantes e de repercussão nacional submetidas à sua apreciação. Essa crescente judicialização das eleições tem origem em um cenário de acirramento da disputa política e impõe ao Poder Judiciário a difícil tarefa de assegurar a regularidade do devido processo eleitoral e proteger o sistema democrático sobre o qual se funda o Estado brasileiro.

Assim, enquanto órgão diretamente responsável pela tutela da regularidade do processo democrático, a Justiça Eleitoral possui a delicada tarefa de assegurar a integridade da vontade livremente manifesta pela população nas urnas, sem que a sua intervenção desvirtue o quanto decidido pela população. Isso porque, o cenário ideal no processo democrático é formado pela livre manifestação da população, sem a interferências de interesses espúrios e sem a necessidade de atuação direta da Justiça Eleitoral, para além da organização do pleito eleitoral.

No entanto, esse cenário ideal é meramente utópico, sendo recorrente a necessidade de a Justiça Eleitoral adotar decisões contrárias ao interesse manifesto nas urnas, dada a identificação de práticas ilícitas capazes de macular a manifestação popular e, portanto, todo o processo de escolha dos representantes do povo. Em razão disso, a atuação eleitoral contramajoritária deve estar cercada de cuidados para assegurar a pacificação social por meio de uma decisão suficientemente motivada e, idealmente, baseada em elementos robustos capazes de legitimá-la perante os titulares dos direitos em jogo nessas ações coletivas.

Nesse processo de legitimação das decisões da Justiça Eleitoral, a presença de elementos probatórios robustos capazes de evidenciar os fatos narrados na inicial e justificar a eventual alteração do resultado das eleições é essencial. Decisões baseadas na incapacidade das partes de se desvencilhar de seu ônus probatório, não possuem o mesmo efeito pacificador que uma decisão amparada em elementos robustos de prova, com vasta fundamentação e capazes de justificar a todos os interessados que a interferência da Justiça Eleitoral era devida e não apenas o resultado da insatisfação de grupos de interesse derrotados que buscam no judiciário a possibilidade da abertura de um “3º Turno” das eleições.

Todo esse contexto, evidencia a importância das provas e a necessidade de que esse tema seja estudado pela doutrina com o destaque e a relevância necessários. Por essa razão é que se debruçou sobre a prova no processo civil eleitoral, para identificar as suas características próprias e enfrentar as principais questões relativas ao direito probatório eleitoral, na busca de um tratamento coerente e previsível da prova eleitoral.

Para além do contexto de disputas acirradas por cargos políticos e da judicialização das eleições, outros elementos próprios do processo eleitoral afetam o estudo do direito probatório nesse ramo. O juiz eleitoral precisa conviver com prazos curtos para a solução dos processos, se comparados com o processo civil comum. A necessidade de adequação ao calendário eleitoral e de tomada de decisões em um curto prazo, para minorar as graves consequências que podem advir da retirada de um candidato eleito após anos de exercício do cargo ilegítimamente ocupado, deixam pouco espaço para a instrução probatória nos processos civis eleitorais.

Soma-se a isso o fato de que os ilícitos eleitorais tratados em boa parte dessas demandas, são de difícil apuração em função da forma como são praticados e os meios adotados para esconder e suprimir quaisquer vestígios que pudessem auxiliar o juiz na formação do convencimento sobre os fatos narrados. Bem como o princípio do *in dubio pro suffragio*, que ao buscar, corretamente, preservar a vontade manifesta nas urnas em caso de dúvida do juiz eleitoral, torna mais complexa a formação de um arcabouço probatório suficiente à procedência das ações eleitorais.

Por fim, além desses diversos fatores, há no processo civil eleitoral a existência de ações com naturezas distintas capazes de atrair para si um conjunto próprio de valores e princípios relacionados à presença ou não do caráter sancionatório. Assim, para aquelas ações em que haja a apuração da prática de condutas ilícitas e a imposição de sanções através do exercício do *ius puniendi* estatal, somar-se-ão aos princípios e regras constitucionais e processuais as garantias próprias do processo criminal, como meio de preservar as garantias mínimas concedidas pela constituição aos réus imputados da prática de atos ilícitos gravemente sancionados.

Resultado dessa somatória de fatores é a existência no processo civil eleitoral de dois standards probatórios distintos, identificáveis a partir da análise conjunta da legislação eleitoral e dos princípios que regem esse ramo do processo civil. O primeiro deles, aplicável aos processos que não possuam natureza sancionatória, e alinhado com princípios como o *in dubio pro suffragio*, é o standard da prova clara e convincente. Ao passo que, para os processos eleitorais sancionatórios, a incidência da presunção de inocência eleva a exigência probatória para além da dúvida razoável, parâmetro equiparável ao aplicado aos processos criminais.

Essa soma de elementos, próprios do processo civil eleitoral, deixa evidente a necessidade de que lhe seja dado um tratamento diferenciado e destacado do regime probatório previsto no CPC/15. E, nesse sentido, é que a segunda parte do trabalho se debruçou sobre a análise das principais consequências das características identificadas e como compatibilizar as previsões da legislação eleitoral própria com aquelas existentes nos outros diplomas do microsistema de processo coletivo e no CPC/15.

A primeira delas, diz respeito à iniciativa probatória do juiz eleitoral, que deve se mostrar adequada à necessidade de preservação do devido processo eleitoral em contraposição às dificuldades de apuração dos fatos e a formação do convencimento do magistrado. O reconhecimento de um papel mais ativo do juiz eleitoral vem ao encontro da publicização do processo, presente mesmo nas demandas que versam sobre direitos privados, e da proteção do interesse coletivo tutelado.

Além disso, em diversas oportunidades o legislador eleitoral evidenciou a sua vontade de permitir que o juiz eleitoral atue de ofício na busca por elementos de prova para auxiliar na formação do seu convencimento, como ocorre com a previsão constante no art. 23-A da LC nº 64/90. Esses poderes, no entanto, precisam ser compatibilizados com o contraditório pleno e a fundamentação adequada das decisões judiciais, e observar os limites da causa de pedir e do pedido delimitado pelas partes do processo.

O ônus da prova no processo civil eleitoral também é afetado significativamente em função da presunção de inocência nos processos de

natureza sancionatória. De forma que, em tais casos a dinamização do ônus da prova não encontra espaço, já que a inversão do ônus seria equivalente a imputar ao réu acusado da prática de um ilícito o dever de provar a sua própria inocência, violando a garantia constitucional. Ao passo que, nos processos não sancionatórios há um reforço da distribuição do ônus da prova prevista no CPC pela incidência do *in dubio pro sufragio*, impondo ao autor o ônus de afastar eventuais dúvidas que parem sobre a regularidade do ato combatido.

Outro ponto de destaque é a utilidade da prova pré-constituída, nos processos eleitorais e a inconstitucional vedação à utilização dos procedimentos previstos na Lei de Ação Civil Pública e, por consequência, do inquérito civil, prevista no art. 105-A da Lei 9.504/97. Pois, como abordado em capítulo próprio, a pré-constituição da prova em um processo com standards probatórios elevados e oportunidade de produção de provas restrita pelo tempo é de grande utilidade e importância.

Porém, em contrapartida a todo o escopo de atuação da Justiça Eleitoral, o artigo referido busca limitar as possibilidades de investigação do Ministério Público eleitoral o que, além de ser inconstitucional, por restringir o alcance de norma constitucional, conflita com a tutela do devido processo eleitoral e, por tal razão, deve ser combatido e rejeitado, enquanto não há decisão do STF na ADI que pende de julgamento naquela Corte.

Assim como a prova pré-constituída, a utilização da prova emprestada também mereceu destaque em razão da possibilidade de aceleração no processo de apuração dos fatos, pelo aproveitamento de prova produzida em outro processo cujas partes coincidam com a demanda eleitoral para a qual se pretende a importação da prova. Sendo, inclusive, possível o empréstimo da prova decorrente de interceptação de comunicações em processos criminais quando o destino da prova for um processo civil sancionatório, como reconhecido pelo TSE, dada a identidade dos princípios e valores em jogo em ambas demandas.

No capítulo final, também foi feita a análise do tratamento das provas em espécie. Oportunidade em que a necessidade de compatibilização com a presunção de inocência e a impossibilidade de exigir do réu a colaboração com a persecução sancionatória se mostraram incompatíveis com a determinação de

exibição de documentos e a imposição das consequências previstas no CPC/15 para a sua não apresentação.

Além disso, no âmbito da prova testemunhal, cuja importância dada pela legislação eleitoral em diversos momentos ficou patente, a inadmissão da imposição da sanção de perda de mandato eletivo com base na prova testemunhal singular reforça a exigência de um parâmetro de suficiência probatória mais elevado para o processo eleitoral sancionatório e homenageia o princípio do *in dubio pro suffragio*.

Por fim, embora pouco explorada, em razão dos fatos normalmente controvertidos no processo civil eleitoral, também foi destacado o papel da prova pericial e as possibilidades de ampliação da sua utilização no processo eleitoral com a introdução no CPC/15 da prova técnica simplificada, plenamente compatível com os procedimentos eleitorais existentes. Ressaltando, por derradeiro, a possibilidade da inspeção judicial e a evidente distinção desta com os atos de fiscalização decorrentes do exercício de poder de polícia do juiz eleitoral.

A identificação dos elementos centrais de um regime probatório eleitoral se mostrou capaz de dar coesão ao tratamento da prova nesse ramo do direito, apesar do tratamento distinto que a presença do elemento sancionatório impõe. Pois, normas que podem a princípio parecer caminhar em sentido contrário, se apresentam como instrumentos de um sistema voltado à proteção do devido processo eleitoral.

Como ocorre com a inadmissão da condenação à perda de mandato pela prova testemunhal singular e a atribuição de poderes instrutórios de ofício ao juiz eleitoral. As quais, cada uma a sua maneira, atuam no sentido de aproximar a decisão proferida pelo juiz eleitoral da realidade dos fatos narrados na inicial. Seja por meio da elevação do standard probatório para as ações eleitorais sancionatórias, seja pelo reconhecimento dos poderes instrutórios do juiz eleitoral que poderá atuar juntamente com as partes na produção das provas que reputar pertinentes ao adequado julgamento da causa.

Assim, apesar da ausência de unidade legislativa, o processo civil eleitoral caminha – salvo exceções pontuais e inconstitucionais - na direção da construção de um processo orientado pela busca da verdade e proteção ampliada do devido

processo eleitoral, bem jurídico comum às demandas eleitorais. O que se mostra indispensável para a prestação adequada da tutela jurisdicional eleitoral. Pois, a aplicação pouco criteriosa das normas previstas no CPC/15 às lacunas existentes na normativa eleitoral, sem atenção aos princípios e valores relacionados, impõe efetivo prejuízo à proteção do devido processo eleitoral.

Desde a valoração da prova, passando pelos standards probatórios adotados, até o papel do juiz na instrução processual, há um conjunto de valores e características próprias que mostram a insuficiência do processo civil aplicável aos litígios comuns para tutelar do direito eleitoral. De forma que, diante de standards probatórios mais elevados, da natureza coletiva do processo civil eleitoral e de um ambiente pouco propício à apuração dos fatos narrados pelas partes, a postura do juiz diante da prova e as garantias concedidas às partes envolvidas devem ser próprias do processo civil eleitoral.

Há, portanto, um regime probatório próprio do processo eleitoral, que embora receba influência do microsistema de processo coletivo, do código de processo civil e, para os processos de natureza sancionatória, do código de processo penal, possui elementos distintos o suficiente para justificar um tratamento individualizado e destacado dos demais ramos com os quais se comunica, a fim de atender as necessidades do direito material tutelado.

REFERÊNCIAS

AGRA JÚNIOR, Walter de. FIALHO, Arthur Monteiro Lins. Tutelas Específicas: aplicação de normas processuais no direito eleitoral. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura. (Coord.). **Direito Tratado de Direito Eleitoral - Processual Eleitoral**. Vol. VI. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

_____. **Temas polêmicos do direito eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ALLEN, Ronald J. Los estándares de prueba y los limites del análisis jurídico. In: VÁZQUEZ, Carmen. **Estándares de Prueba y Prueba Científica – Ensayos de epistemología jurídica**. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

ALMEIDA NETO, Manoel Carlos de. A Função Administrativa da Justiça Eleitoral Brasileira. In: CAGGIANO, Monica Herman S. (Coord.) **Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Direito Eleitoral Regulador**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Funções da Justiça Eleitoral. In: ÁVALO, Alexandre. (et al.) **O novo direito eleitoral brasileiro – Manual de direito eleitoral**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

_____. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. The Brazilian electoral voting system. **Modern Democracy Magazine**. Vol. 1. p. 6-7, 2011.

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil** - vol. 2, parte geral e processo de conhecimento. 9. ed. São Paulo: RT, 2005.

_____. Notas sobre o projeto de novo código de processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo; Vol. 191, jan. 2011, p. 299-311.

_____. Prova Emprestada. **Revista de Processo**. Vol. 202. Ano 36. p. 403-415, dez. 2011.

ALVIM, Frederico Franco. A Sanção Jurídica no Direito Eleitoral. **Estudos Eleitorais**, v. 8, n. 2, p. 41-54, mai./ago. 2013.

AMADO, Maria Elisa Padre Ataíde Ribeiro. **O Contencioso Eleitoral no Direito Constitucional Português**. Comissão Nacional de Eleições: Lisboa, 1994.

AMARAL, Paulo Osternack. **Provas – Atipicidade, liberdade e instrumentalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ANDRADE, Luiz Felipe da Silva. A inaplicabilidade/revogação do ‘supertrunfo’ do livre convencimento em matéria eleitoral, ante a vigência do novo código de processo civil. In: FUX, Luiz. (Coord.) [et al.] **Direito Processual Eleitoral**. Tratado de Direito Eleitoral. Vol. 6. Belo Horizonte: Forum, 2018. p. 417-427.

ANDRADE, Marcelo Santiago de Padua. **Ação de impugnação de mandato eletivo**. Barueri, SP: Manole, 2013.

ANDREWS, Neil. Decisões judiciais e o dever de fundamentar a experiência inglesa. **Revista de Processo**. vol. 192. p. 99-118. Fev./2011.

ARAGÃO, Egas Moniz Dirceu de. O sistema de preclusões e o procedimento eleitoral. **Revista paraná eleitoral**, Vol. 1, out. 1986.

ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis da tutela inibitória coletiva**. São Paulo: RT, 2003.

ARMELIN, Donaldo. **Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

ARSUFFI, Arthur Ferrari. **A nova produção antecipada da prova – estratégia, eficiência e organização do processo**. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**. Vol. III. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ÁVILA, Humberto. Teoria da prova: standards de prova e os critérios de solidez da inferência probatória. **Revista de Processo**. Vol. 282, Ago./2018, p. 113-139.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Direito à prova e os limites de sua admissão: os conceitos de pertinência e relevância. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. **Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

BALKIN, Jack M. **Bush v. Gore and the Boundary Between Law and Politics**. Yale Law School Faculty Scholarship Series. Paper 251. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/251. Acesso em: 05/04/2019.

BANDEIRA, Maria Paula Pessoa Lopes. SANTOS, Maria Stephany dos. A inaplicabilidade das cláusulas negociais no âmbito eleitoral. In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BARBOSA, Rui. Oração aos moços. edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. 5 ed. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes instrutórios do juiz**. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. **La valoración racional de la prueba**. Barcelona: Marcial Pons, 2007.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. Tradução Vitor de Paula Ramos. **Prova e verdade no direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BERIZONCE, Roberto Omar. Prueba anticipada y procedimientos preliminares como médios para la decisión temprana de los conflictos. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) [et al.] **Direito probatório**. 2 ed. São Paulo: Juspodivm, 2016.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BODART, Bruno Viníciusda Rós. Ensaio sobre a prova pericial no código de processo civil de 2015. **Revista de Processo**. vol. 244. Jun./201, p. 33-57.

BONATTO, Giovani. Il sistema probatorio nel processo civile italiano. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 71, jul./dez. 2017, p. 165-188.

BONIZZI, Marcelo José Magalhães. **Fundamentos da prova civil – Teoria geral da prova e provas em espécie segundo o novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BORBA, Adriano Meireles. O novo CPC e o direito eleitoral: impacto, prazos e provas no processo eleitoral. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO,

Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral**. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Emenda ao PL 5.498/2009. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=671318&filename=EMP+57/2009+%3D%3E+PL+5498/2009>. Acesso em: 25/11/19.

BRASIL. Congresso. Comissão Especial - PL 6025/10. Transcrição literal das notas taquigráficas do parecer do Relator Geral Sr. Deputado Sérgio Barradas Carneiro. Reunião Ordinária nº: 1296/12. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1645255/AP, Segunda Turma, Brasília, DF, 17 de agosto de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 301952/CE, Primeira Turma, Brasília, DF, 07 de agosto de 2014;

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo nº 1338058/MG, Primeira Turma, Brasília, DF, 05 de abril de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 617.428/SP, Corte Especial, Brasília, DF, 04 de junho de 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso em Habeas Corpus nº 131. Relator Min. Arnaldo Versiani, Brasília, DF. 04 de junho de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1230168/PR, Segunda Turma, Brasília, DF, 04 de novembro de 2014;

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 695.396/RS, Primeira Turma, Brasília, DF, 12 de abril de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.082/DF, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 30 de outubro de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 85029, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 09 de dezembro de 2004).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 26603, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 04 de outubro de 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 26604, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 04 de outubro de 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 194358, Relator Min. Herman Benjamin, Brasília, DF, 12 de setembro de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº 26.176. Relator Min. José Delgado, Brasília, DF. 29 de maio de 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 89842, Relatora Min. Laurita Vaz, Brasília, DF, 28 de agosto de 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9168, Relator Min. Joaquim Barbosa, Brasília, DF, 16 de setembro de 2008.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 3920415/SP, Brasília, DF, Relator Min. Gilson Langaro Dipp, 03 de maio de 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 67662. Relator Min. Hamilton Carvalhido, Brasília, DF. 23 de novembro de 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta nº 1482, Resolução nº 22669 de 13/12/2007, Relator Min. Carlos Eduardo Caputo Bastos, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 267892. Relatora Min. Luciana Lóssio, Brasília, DF. 07 de novembro de 2013.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Glossário Eleitoral Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Mandado de Segurança nº 060107844, Relator Min. Luiz Edson Fachin, Brasília, DF, 19 de novembro de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Mandado de Segurança nº 12165, Relator Min. Américo Luiz, Brasília, DF, 06 de fevereiro de 1992.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Petição nº 194358, Relator Min. Antônio de Pádua Ribeiro, Brasília, DF, 03 de fevereiro de 1995.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portaria TSE nº 344. Brasília, DF. 08 de maio de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Contra a Expedição de Diploma nº 671, Relator Min. Ayres Britto, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 18985, Relator Min. Fernando Neves, Brasília, DF, 09 de novembro de 2000.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 4297, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Brasília, DF, 05 de abril de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 86646, Relator Min. Tarcísio Vieira De Carvalho Neto, Brasília, DF, 18 de outubro de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 060009847, Relator Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Brasília, DF, 29 de maio de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 45331, Relator Min. Luiz Fux, Brasília, DF, 14 de março de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 12882, Brasília, DF, Relator Min. Henrique Neves da Silva, 21 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 181, Relator Min. Gilmar Ferreira Mendes, Brasília, DF, 29 de abril de 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 36335, Brasília, DF, Relator Min. Aldir Passarinho Junior, 15 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Especial Eleitoral nº 958285418, Brasília, DF, Relator Min. Marcelo Ribeiro, 04 de outubro de 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Ordinário nº 466997, Relator Min. Gilmar Mendes, Brasília, DF, 03 de outubro de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007 – Brasília/DF.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.210, Relator Min. Felix Fischer, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.478/2016, Relator Min. Dias Toffoli, Brasília, DF, 15 de junho de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.611/19. Relator Min. Luis Roberto Barroso, Brasília, DF. 19 de dezembro de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 6.390, Consulta nº 1745, Relator Min. Ildelfonso Mascarenhas Da Silva, Brasília, DF, 13 de novembro de 1959.

BRAVO, Gonzalo Farrera. La judicializacion de la política. El caso de México em perspectiva comparada. **Revista del instituto de ciências jurídicas de Puebla**. Ano VI. n. 30. jul./dec. 2012. p. 172-203.

BUSTAMANTE, Evanilda. **A valoração racional das provas no processo judicial: uma aproximação ao tema**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=531d29a813ef9471>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CABRAL, Antônio do Passo. A eficácia probatória das mensagens eletrônicas. **Revista de Processo**. vol. 135. Mai. 2006. p. 97-131.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. O “ativismo” do juiz em tema de prova. **Revista de Processo**. vol. 159. Mai. 2008. p. 172-189.

CAGGIANO, Mônica Herman S. Direito Eleitoral no Universo Jurídico. In: CAGGIANO, Mônica Herman S. (Coord.) **Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Poderes instrutórios do juiz e processo civil democrático. **Revista de Processo**. vol. 153. Nov. 2007. p. 33-43.

CAMBI, Eduardo. **A prova civil – Admissibilidade e relevância**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CAMBI, Eduardo. **Direito constitucional à prova no processo civil**. Coleção Temas Atuais do Direito Processual Civil. Vol. 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

CAMPOS JÚNIOR, Waldir Sebastião de Nuevo. Organização da justiça eleitoral – estruturação a partir das justiças estaduais. In: DALLARI, Adilson Abreu. **Direito Eleitoral: estudos em homenagem ao desembargador Mathias Coltro**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 11 ed. Bauru: Edipro, 2004.

CAPELLETTI, Mauro. **La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità**. Milano: Giuffrè, 1962.

CAPELLETTI, Mauro. VIGORITI, Vincenzo. I diritti costituzionali delle parti nel processo civile italiano. **Rivista di diritto processuale**. 1971.

CARLOS, Manuel. Prova Emprestada. **Doutrinas Essenciais de Processo Civil**. Vol. 4. out. 2011. p. 1065-1068.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Vol. I. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARPES, Arthur Thompsen. Notas sobre a interpretação do texto e aplicação das normas sobre o ônus (dinâmico) da prova no Novo Código de Processo Civil. In: SANTOS, William Ferreira. JOBIM, Marco Félix. **Direito Probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

CARPES, Artur Thompsen. O direito fundamental ao processo justo: notas sobre o modelo de constatação nos processos envolvendo as ações de improbidade administrativa. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena. **Improbidade Administrativa: Aspectos processuais da Lei nº 8.429/92**. São Paulo: Atlas, 2015.

CLERMONT, Kevin M. **Standards of decision in law**. Durham: Carolina Academic Press, 2013.

COELHO, Margarete de Castro. **A democracia na encruzilhada: reflexões acerca da legitimidade democrática da Justiça Eleitoral brasileira para cassação de mandatos eletivos**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

COLESANTI, Vittorio. Principio de contraddittorio e procedimenti speciali. **Rivista di Diritto Processuale**, n. 4, 1975. p. 577-619.

COLTRO, Antônio Carlos Mathias. Rápida anotação sobre o julgamento por presunção da LC 64 e o Novo Código de Processo Civil. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral**. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

COMOGLIO, Luigi Paolo. FERRI, Corrado. TARUFFO, Michele. **Lezioni sul processo civile**. 2 ed. Bologna: Il Mulino, 1995.

COMOGLIO, Luigi Paolo. **La garanzia costituzionale dell'azione e il processo civile**. Padova: Cedam, 1970.

COMOGLIO, Luigi Paolo. **Le prove civili**. 2. ed. Torino: UTET, 2004.

CONEGLIAR, Olivar. A justiça eleitoral: o poder executivo das eleições, uma justiça diferente. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. (Coord.) **Direito Eleitoral contemporâneo: doutrina e jurisprudência**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COSTA, Rafael Antônio. As funções da Justiça Eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**. Belo Horizonte. Ano 8. nº 15. jul./dez. 2016. p. 131-146.

COSTA, Adriano Soares da. Brevíssimas notas sobre os negócios jurídicos processuais eleitorais. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral**. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

COSTA, Adriano Soares da. **Democracia, judicialização das eleições e terceiro turno**. Disponível em: <http://adrianosoaresdacosta.blogspot.com/2009/02/democracia-judicializacao-das-eleicoes.html>. Acesso em: 05 out. 2018.

COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de direito eleitoral**. 9 ed. Belo Horizonte: Fòrum, 2013. v.1.

COSTA, Adriano Soares da. **Teoria da inelegibilidade e o direito processual eleitoral**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

COSTA, Daniel Castro Gomes da. **Curso de direito processual eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

COSTA, Hyldon Masters Cavalcante. A imparcialidade do juiz eleitoral em processo judicial para apuração de fatos perante os quais exerceu seu poder de polícia. **Suffragium - Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**, v.4. n.6, jan./jun. 2008. p. 16-40

COSTA, Rafael Antônio. As funções da Justiça Eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**. Belo Horizonte, ano 8, n. 15, jul./dez. 2016, p. 131-148.

COSTA, Tito. **Recursos em matéria eleitoral**. 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CROSARA, Dyogo. A dinamização do ônus da prova no direito eleitoral. In: TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

DAMASKA, Mirjan. **El derecho probatório a la deriva**. Madrid: Marcial Pons, 2015.

DAMASKA, Mirjan. Epistemology and legal regulation of proof. **Law, probability and Risk**. Vol. 2. Oxford University Press. 2003.

DEHO, Eugenia Ariano. **Problemas del proceso civil**. Lima: Juristas editores, 2003.

DI DONATO, Flora. SCAMARDELLA, Francesca. Una aproximación epistemológica-contextual al conocimiento de los hechos em el proceso. El modelo de Michele Taruffo, entre perspectivas analíticas y aperturas interdisciplinarias. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer. VÁZQUEZ, Carmen. (Coeds.) **Debatiendo com Taruffo**. Madrid: Marcial Pons, 2016.

DIDIER JR, Fredie. ZANETI JR., Hermes. **Curso de Direito Processual Civil – Processo Coletivo**. 7ª ed. Salvador: Juspodivm, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 14 ed. Malheiros: São Paulo, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. Vol. I. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil: volume III**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DUARTE, Michelle Pimentel. **Processo Judicial Eleitoral – Jurisdição e Fundamentos para uma Teoria Geral do Processo Judicial Eleitoral**. Curitiba: Juruá, 2016.

ECHANDIA, Hernando Devis. **Teoria General de la prueba judicial**. 5 ed. Buenos Aires: V. P. Zavalia Editor, 1981.

FARIAS, Rodrigo Nóbrega. Breves apontamentos sobre a ação de impugnação de mandato eletivo e o novo código de processo civil. In: FUX, Luiz. (Coord.) [et al.] **Direito Processual Eleitoral**. Tratado de Direito Eleitoral. Vol. 6. Belo Horizonte: Forum, 2018.

FERREIRA FILHO, José Nuss. O papel do juiz no Sistema de provas do direito eleitoral. **Revista de Artigos Científicos dos Alunos da EMERJ**. Disponível em: <http://www.emerj.rj.gov.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2009/trabalhos_12009/joseferreirafilho.html>. Acesso em: 10/11/2019.

FERREIRA, Marcelo Ramos Peregrino. MEZZAROBBA, Orides. Conceitos Jurídicos indeterminados no direito eleitoral: um olhar a partir da necessidade de fundamentação. In: TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

FIX-ZAMUDIO, Hector. Justicia constitucional y judicialización de la política. In: HENRIQUEZ, J. Jesús Orozco. (Coord.) **Sistemas de Justicia Electoral: evaluación y perspectivas**. México: IDEA International, 2001.

FLACH, Daisson. Motivação dos juízos fático-probatórios no novo CPC brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie. et al. **Direito probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. RAMOS, Rafaella Cardoso. Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do processo civil brasileiro. **Revista de Processo**. vol. 282. Ago. 2018. p. 179-199.

GARTH, Brian. CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Sergio A. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.

GODINHO, Robson Renault. Reflexões sobre os poderes instrutórios do juiz. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) **Novo CPC doutrina selecionada, Vol. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

GOLDMAN, Alvin. I. **Knowledge in A Social World**. Oxford: Claredon Press, 1999.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro. In: YARSHELL, Flávio Luiz. (org.) et al. **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPJ, 2005.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, José Jairo. **Recursos eleitorais**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONZÁLEZ, Luis Antonio Sobrado. La jurisprudencia electoral como fator de profundización democrática em América Latina. **Revista de Derecho Electoral – Tribunal Supremo de Elecciones de Costa Rica**. n. 7. 2009.

GRECO, Leonardo. Conceito de prova. In: MARINONI, Luiz Guilherme. (Coord.) **Estudos de direito processual civil: homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas tendências do direito processual – de acordo com a constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Prova emprestada. **Doutrinas essenciais de processo civil**. Vol. 04. out./2011. p. 1071-1080.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. **Revista Forense**. v. 95, n. 347, jul./set.1999, p. 3–10.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **As garantias constitucionais do Direito de Ação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1973. p. 15-16.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Direito à prova no âmbito administrativo. In: NEVES, Daniel Amorim Assumpção. (Coord.) **Provas: Aspectos atuais do direito probatório**. Rio de Janeiro: Método, 2009. p. 1-10.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Direito processual coletivo. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. (Coord.) **Tutela Coletiva – 20 anos da Lei de Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos**. São Paulo: Atlas, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. FERNANDES, Antônio Scarance. GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas tendências sobre provas ilícitas. Provas ilícitas, interceptações e escutas**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

HAACK, Susan. **Evidence Matters – Science, proof and truth in the Law**. New York: Cambridge University Press, 2014.

HAACK, Susan. The expert witness: Lessons from the U.S. Experience. **Humana.Mente Journal of Philosophical Studies**, Vol. 28, 2015, p. 39-70.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia, entre facticidade e validade – Vol. I**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAMILTON, Sergio Demoro. O incidente de falsidade. **Revista da EMERJ**. v. 9, nº 33, 2006. p. 198-212.

HELPA, Caroline de Fátima; SILVA, Guilherme de Abreu e. **Justiça Eleitoral: uma história de intervencionismo judicial** (Palestra proferida por Torquato Jardim no V Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral). *Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE*, Belo Horizonte, ano 9, n. 17, jul./dez. 2017, p. 253-262.

HENRÍQUEZ, J. Jesus Orozco. HERNÁNDEZ, Armando Maitret. El sistema mexicano contencioso electoral y criterios jurisprudenciales relevantes. In: MÉXICO. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación. El contencioso y la jurisprudencia electorales en derecho comparado: un estudio sobre veintidós países de América y Europa. 2006.

HENRIQUEZ, J. Jesus Orozco. Los Sistemas Contenciosos Electorales en América Latina. **Revista del Tribunal Federal Electoral**. Vol. V. n. 07. 1996.

HENRIQUEZ, J. Jesús Orozco. Sistemas de justicia electoral en el derecho comparado. In: HENRIQUEZ, J. Jesús Orozco. (Coord.) **Sistemas de Justicia Electoral: evaluación y perspectivas**. México: IDEA International, 2001. p. 45.

HENRÍQUEZ, Jesús Orozco. El contencioso electoral, la calificación electoral. In: NOHLEN, Dieter. et al. **Tratado de derecho electoral comparado de América Latina**. 2ª ed. — México: FCE, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Universidad de Heidelberg, International IDEA, Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, Instituto Federal Electoral, 2007.

JORGE, Flavio Cheim. RODRIGUES, Marcelo Abelha. A limitação à utilização do inquérito civil no direito eleitoral: a inconstitucionalidade do art. 105-A da Lei 9.504/1997. **Revista de processo**. vol. 235, set. 2014, p. 13-18.

JORGE, Flávio Cheim; LIBERATO, Ludgero; RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Curso de Direito Eleitoral**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

JUNOY, JOAN PICÓ I. **El derecho a la prueba en el proceso civil**. Barcelona: Bosch, 1986.

JUNOY, Joan Picó i. **O juiz e a prova**. Tradução Darci Guimarães Ribeiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

KEANE, Adrian. MCKEOWN, Paul. **The modern law of evidence**. ed.12. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

KNIJNIK, Danilo. **A prova nos juízos cível, penal e tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

KNIJNIK, Danilo. Os standards do convencimento judicial: paradigmas para o seu possível controle. **Revista Forense**. Rio de Janeiro, n. 353, jan.-fev. 2001. p. 15-52.

KNIJNIK, Danilo. **Prova pericial e seu controle no direito processual brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

KODANI, Gisele. Âmbito de aplicação da prova emprestada. **Revista de Processo**. Ano 29. n. 113. jan./fev. 2004, p. 268-279.

LAUDAN, Larry. Por qué las reglas procesales asimétricas hacen imposible calcular um estándar de prueba racionalmente justificado. In: VÁZQUEZ, Carmen.

Estándares de Prueba y Prueba Científica – Ensayos de epistemología jurídica. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

LAUX, Francisco de Mesquita. RODRIGUES, Daniel Colnago. Antecipação da prova sem o requisito da urgência: primeiras reflexões à luz do novo CPC. In: DIDIER Jr., Fredie. (Coord.) [Et al.] **Direito Probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

LEUBSDORF, John. The Surprising History of the Preponderance Standard of Civil Proof, 67 **Florida Law Review**. 1569 (2016). Disponível em: <<http://scholarship.law.ufl.edu/flr/vol67/iss5/2>>. Acessado em: 18 jul. 2018.

LIBERATO, Ludgero. O Alcance do conceito de processo jurisdicional eleitoral no direito brasileiro. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura. (Coord.). **Direito Tratado de Direito Eleitoral - Processual Eleitoral**. Vol. VI. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

LIBERATO, Ludgero. RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. A aplicação subsidiária do CPC ao contencioso eleitoral antes e depois do advento do CPC/2015. **Revista dos Tribunais**. vol. 993, jul./2018, p. 47-72.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Problemi del processo civile**. Milão: Morano Editore, 1962.

LILLEKER, Darren G. VEDEL, Thierry. The Internet in campaigns and elections. In: **The oxford handbook of internet studies**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LIMA, Matheus. **Standards de Prova no Direito Brasileiro**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Processo Civil). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOMBARDO, Luigi. Prova scientifica e osservanza del contraddittorio nel processo civile. **Rivista di Diritto Processuale**. n. 4/2002, p. 464-515.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, João Batista. **A prova no direito processual civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LOPES, João Batista. Direito à prova, discricionariedade judicial e fundamentação da sentença. In: DIDIER JR., Fredie. et al. **Direito Probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

LOURENÇO, Haroldo. **Teoria Dinâmica do Ônus da prova no novo CPC**. São Paulo: Método, 2015.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. A prova na Ação de Improbidade Administrativa. In: OLIVEIRA NETO, Olavo de. MEDEIROS NETO, Elias Marques de. LOPES, Ricardo Augusto de Castro. **A prova no direito processual civil – Estudos em homenagem ao professor João Batista Lopes**. São Paulo: Verbatim, 2013.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Ações eleitorais e direito sancionador. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo – RIASP**. Ano 16. Vol. 32. Jul./Dez. 2013. p. 281-289.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. Direito Eleitoral. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Compra de votos, direito sancionador e ônus da prova. In: TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Direito Processual Eleitoral. In: CAGGIANO, Monica Herman S. (Coord.) **Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Il principio del contraddittorio e il dovere di motivazione nel c.p.c. brasiliano del 2015. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. Fasc. II. Milano: Giuffrè, 2018. p. 667-688.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Prova Pericial no CPC/2015. **Revista de Processo**. vol. 267. Ano 42. p. 211-223.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Código eleitoral interpretado: normas eleitorais complementares (Constituição**

federal, lei de inelegibilidade, lei dos partidos políticos, lei das eleições e principais resoluções do Tribunal Superior Eleitoral). 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Guilherme Recena. A prova e a responsabilidade de terceiros contratantes com o Poder Público na ação de improbidade administrativa. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena. (Org.). **Improbidade administrativa: aspectos processuais da Lei nº 8.429/92.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento.** Tradução Maria da Conceição Corte Real. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.

MACEDO, Elaine Harzheim. A função normativa da Justiça Eleitoral Brasileira no quadro da separação de poderes. **Revista do Instituto de Direito Brasileiro.** v. 12, 2013, p. 13.871-13.884.

MACEDO, Elaine Harzheim. SOARES, Rafael Morgental. O Poder normativo da Justiça Eleitoral e a separação de poderes: um paradigma democrático? In: VITA, Jonathan Barros; MALISKA, Marcos Augusto. (Coords.) **Direitos fundamentais e democracia II.** Florianópolis: CONPEDI, 2014.

MACÊDO, Lucas Buril de. PEIXOTO, Ravi de Medeiros. Negócio processual acerca da distribuição do ônus da prova. **Revista de Processo.** vol. 241, Mar./2018, p. 463-487.

MACÊDO, Lucas Buril de. PEIXOTO, Ravi. **Ônus da prova e sua dinamização.** 2 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

MACHADO, Marcelo Passamani. A Justiça Eleitoral. In: CAGGIANO, Mônica Herman S. (Coord.) **Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo.** São Paulo: Saraiva, 2013.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. O documento eletrônico como meio de prova. **Revista de Direito Imobiliário.** Vol. 47, jul./dez.1999, p. 70–102.

MARINHO, Rodrigo Saraiva. ROMÃO, Pablo Freire. A Arguição de falsidade documental no código de processo civil de 2015. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) **Novo CPC doutrina selecionada, Vol. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. **Prova e Convicção: de acordo com o CPC de 2015**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil: teoria geral do processo**. Vol.1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS, André Chateaubriand. A prova pericial no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) **Novo CPC doutrina selecionada, Vol. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

MAZZILI, Hugo Nigro. Pontos controvertidos sobre o inquérito civil. In: MILARÉ, Édis. (Coord.) **Ação Civil Pública: Lei 7.347/85 – 15 anos**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2002.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O inquérito civil e o enriquecimento ilícito de administradores públicos. **Revista dos Tribunais**. vol. 676, fev. 1992, p. 60-62.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos**. 6ª ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2007.

MELLO, Rafael Munhoz de. **Princípios constitucionais de direito administrativo sancionador: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDONÇA JR., Delosmar. **Manual de Direito Eleitoral**. Salvador: Juspodivm, 2006.

MERÇON-VARGAS, Sarah. **Teoria do processo judicial punitivo não-penal**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

MÉXICO. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación. **El contencioso y la jurisprudencia electorales en derecho comparado: un estudio sobre veintiún países de América y Europa**. México: TEPJF, 2006.

MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito Eleitoral: Análise Panorâmica. De acordo com a Lei 9.504/97**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional – Estrutura constitucional da democracia**. Tomo VII. Coimbra: Coimbra editora, 2007.

MIRANDA, Jorge. **O contencioso eleitoral português**. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/6/2560/31.pdf>>. Acesso em: 12/11/2019.

MITIDIERO, Daniel. Comentário ao art. 300. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (et al.) **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MITTERMAIER, Carl Joseph Anton. Trad. Alberto Antônio Soares. **Tratado da prova em matéria criminal**. 1 ed. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1871.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A constituição e as provas obtidas ilicitamente. **Temas de Direito Processual**. Sexta Série. São Paulo: Saraiva, 1997.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A função social do processo civil moderno e o papel do juiz e das partes na direção e na instrução do processo. **Revista de Processo**. Vol. 37. Jan. 1985. p. 140-148.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito. In: _____. **Temas de Direito Processual Civil: 2ª Série**. São Paulo: Saraiva, 1988.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Julgamento e ônus da prova. In: **Temas de Direito Processual**. São Paulo, Saraiva, 2º Série, 1980.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O juiz e a prova. **Revista de processo**. vol. 35. jul. 1984, p. 178-183.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Os poderes do juiz na direção e na instrução do processo. **Revista brasileira de direito processual**, Belo Horizonte, v. 15, n. 59, jul./set. 2007. p. 111-118.

NETO, João Andrade. Jurisdição eleitoral: Judicialização da política? **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, Vol. 12, n 96, fev./mai. 2010. p. 108-132.

NETO, João Andrade. O art. 23 da LC nº 64/90 em face do dever de fundamentação no direito eleitoral. In: FUX, Luiz. (Coord.) [et al.] **Direito Processual Eleitoral**. Tratado de Direito Eleitoral. Vol. 6. Belo Horizonte: Forum, 2018.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações probatórias autônomas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa**. 2 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NOGUEIRA, Alexandre de Castro. **Decisão judicial na Justiça Eleitoral – Lei de Inelegibilidades e interpretação teleológica**. Curitiba: Juruá, 2015.

NOHLEN, Dieter. La calificación electoral em Alemania Federal. In: **El contencioso y la jurisprudência electorales em derecho comparado: un estudio sobre veintidós países de América y Europa**. México: Tribunal Electoral de Poder Judicial de la Federación, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. **Revista Ajuris**. n. 90, jun. 2003, p. 55–84.

OLIVEIRA, Marcelo Roseno de. **Controle das Eleições – virtudes e vícios do modelo constitucional brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ORTEGA, Juan José Lopez. Derecho penal y corrupción: las garantías em los instrumentos penales de investigación e enjuiciamiento. In: LEAL, Ángeles Jareño. PAIS, Antonio Doval. **Corrupción pública, prueba y delito: cuestiones de libertad e intimidad**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2015.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito administrativo sancionador**. 3. ed. São Paulo: Ed. RT, 2009.

OVIEDO, Álvaro Bertel. **Derecho probatorio - Partes general y especial**. Bogotá: Ibañez, 2009.

PAIM, Gustavo Bohrer. Direito Processual Eleitoral e a Parte Geral do Novo CPC. In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PARDO, Michael S. Estándares de prueba y teoría de la prueba. In: VÁZQUEZ, Carmen. **Estándares de Prueba y Prueba Científica – Ensayos de epistemología jurídica**. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. **A proibição de procedimentos de ação civil pública no Direito Eleitoral**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2650, 3 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/17545>>. Acesso em: 09/11/2018.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. Dinamização do ônus da prova no direito eleitoral. In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. **Inovações no direito eleitoral: novos temas de direito eleitoral e as reformas eleitorais**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2018.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. O direito probatório eleitoral à luz do CPC 2015: algumas considerações. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura. (Coord.). **Tratado de Direito Eleitoral – Direito Processual Eleitoral**. Vol. VI. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande. Ações Eleitorais. Atualidades sobre conexão, continência, litispendência e coisa julgada. **Ballot**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 251-279, set./dez. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot/article/view/22138>. Acesso em: 10/10/2019.

PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande. Impactos do NCPC e da reforma eleitoral nas ações eleitorais. In: TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Tutela coletiva no direito eleitoral – Controle social e fiscalização das eleições**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PEYRANO, Jorge W. La regla de la carga de la prueba enfocada como norma de clausura del sistema. **Revista de Processo**. Vol. 185. Jul. 2010. p. 107-112.

PINTO, Marcos Vinícius. Reflexões sobre improbidade administrativa, ônus da prova, modelos de constatação e nota sobre o NCPC. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista.; EID, Elie Pierre. **Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

PISANI, Andrea Proto. **Lezioni di diritto processual civile**. Napoli: Jovene, 1994.

PORTO, Guilherme Athayde. Notas às disposições gerais sobre prova no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie. et al. **Direito probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

RAMOS, André de Carvalho. A regulação do processo político e as restrições ao acesso à Justiça Eleitoral. In: WAGNER, Luiz Guilherme da Costa. **Direito Eleitoral – Estudos em homenagem ao Desembargador Mathias Coltro**. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2014.

RAMOS, Vitor de Paula. Direito fundamental à prova. **Revista de Processo**. Vol. 224, Out. 2013, p. 41-56.

RAMOS, Vitor de Paula. Ônus e deveres probatórios das partes no novo CPC brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) **Novo CPC doutrina selecionada, Vol. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. Limites da atividade instrutória em grau recursal. **Revista Forense**, v. 428, 2019, p. 221-244.

RANGEL, Marco Aurélio Scampini Siqueira. MENEZES, Pedro Henrique da Silva. Da Produção Antecipada de Provas no Projeto do Novo CPC. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. XII, 2013, p. 562-580.

RASLAN, Alexandre Lima. Infidelidade partidária (Resolução nº 22.610/2007 – TSE): legitimidade ativa do Ministério Público e temas relacionados. In: COSTA, Daniel Castro Gomes. (Org.) **Temas Atuais de Direito Eleitoral – Estudos em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado**. São Paulo: Editora Pillares, 2009.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito: Lições preliminares de direito**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

RECENA COSTA, Guilherme. Livre Convencimento e Standards de Prova. In: Flávio Luiz Yarshell; Camilo Zufelato. (Org.). **40 Anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: Passado, Presente e Futuro**. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

REIS, Marlon. SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. MATEUS, Laudo Natel. **Processo eleitoral e o novo CPC – aplicação imediata**. Salvador: Juspodivm, 2016.

RIBEIRO, Fávila. **Direito eleitoral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Justiça eleitoral e representação democrática. In: **Direito eleitoral**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **A corte de Warren**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **A subsidiariedade do CPC no processo eleitoral**. Disponível em: http://www.marceloabelha.com.br/publi/A%20subsidiariedade%20do%20CPC%20no%20processo%20eleitoral_1_.docx. Acesso em: 22/03/2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Ação civil pública e meio ambiente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

SADEK, Maria Teresa. **A Justiça Eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SALGADO, Eneida Desiree. **Administración de las elecciones y jurisdicción electoral: um análisis del modelo mexicano y uma crítica a la opción brasilera**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas. 2016.

SALGADO, Eneida Desiree. VALIATI, Thiago Priess. BERNARDELLI, Paula. O livre convencimento do juiz eleitoral *versus* a fundamentação analítica exigida pelo novo código de processo civil. In: TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Prova Judiciária no Cível e Comercial**, Vol. I, 3 ed. São Paulo: Max Limonad, 1961.

SCHWARTZ, David L.; SEAMAN, Christopher B. Standards of proof in civil litigation: an experiment from patent law. **Harvard Journal of Law & Technology**. Vol. 26, n. 2, 2013, p. 430-479.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Os poderes instrutórios do juiz no novo CPC. In: DIDIER JR., Fredie. (Coord.) **Novo CPC doutrina selecionada, Vol. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

SEVERO, Gustavo; CHAVES, Humberto. A Reforma Eleitoral de 2015 – Breves comentários à Lei nº 13.165/2015. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**, ano 7, n. 13, jul./dez. 2015, p. 81-120.

SILVA, Bruno Freire e; FLORENTINO, Carlos Manoel Leite Gomes. Uma nova análise da tendência de aumento dos poderes do juiz no campo das provas e os seus necessários limites diante de princípios e regras. In: NEVES, Daniel Amorim Assumpção. (Coord.) **Provas: Aspectos atuais do direito probatório**. Rio de Janeiro: Método, 2009.

SOUZA, Alisson de Bom de. NASCIMENTO, Rafael do. Processo eleitoral em crise: em busca da legitimidade. **Estudos eleitorais**. Vol. 11. n. 02. Mai./ago. 2016. p. 97-121.

SOUZA, Artur César de. O ativismo judicial no processo penal e a imparcialidade do juiz. **Revista dos Tribunais**. vol. 868, Fev. 2008, p. 429-452.

STOCO, Rui. STOCO, Leandro de Oliveira. Legislação eleitoral interpretada – Doutrina e Jurisprudência. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

STRECK, Lenio Luiz. **O que é a livre convicção dos indícios e presunções?** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-fev-13/senso-incomum-livre-conviccao-indicios-presuncoes>. Acesso em: 08/03/2019.

TALAMINI, Eduardo. Prova emprestada no processo civil e penal. **Revista de processo**. São Paulo. Vol. 91. 1998. p. 93–110.

TARUFFO, Michele. **A prova**. Tradução João Gabriel Couto. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

TARUFFO, Michele. Considerazioni su prova e motivazione. **Revista de Processo**. vol. 151. Set. 2007, p. 229-240.

TARUFFO, Michele. Il concetto di 'prova' nel diritto processuale. **Revista de processo**. vol. 229, mar. 2014, p. 75-87.

TARUFFO, Michele. **La prueba de los hechos**. Madrid: Editorial Trota, 2005.

TARUFFO, Michele. Poteri probatori delle parti e del giudice in europa. **Revista de Processo**. vol. 133. Mar. 2006. p. 133-160.

TARUFFO, Michele. **Uma simples verdade – O juiz e a construção dos fatos**. Tradução Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

TARUFFO, Michelle. Il diritto alla prova nel proceso civile. **Rivista di Diritto Processuale**. Ano XXXIX. gen./mar, 1984. p. 74-120.

TARUFFO, Michelle. **La motivazione dela sentenza civile**. Pádua: Cedam, 1975.

TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TAVARES, André Ramos. Princípios Constitucionais do Processo Eleitoral. In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). **O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TEIXEIRA, Wendel de Brito Lemos. A prova emprestada no CPC/2015. In: DIDIER JR. (Coord.). **Novo CPC doutrina selecionada, v. 3: provas**. Salvador: Juspodivm, 2016.

TELLES, Olívia Raposo da Silva. **Direito Eleitoral Comparado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TESHEINER, José Maria. Direitos fundamentais, verdade e processo. In: DIDIER JR., Fredie. et al. **Direito probatório**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I.** 56. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada. **Revista de Processo.** Vol. 56, out./1989, p. 223-233.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Garantias constitucionais da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões no projeto do CPC – Análise e proposta. **Revista de processo.** Vol. 190, dez./2010, p. 257-269.

VAN RHEE, Cornelis Hendrik. UZELAC, Alan. The pursuit of truth in contemporary civil procedure: revival of accuracy or a new balance in favour of effectiveness? In: VAN RHEE, Cornelis Hendrik. UZELAC, Alan. (Coord.) **Truth and Efficiency in Civil Litigation Fundamental Aspects of Fact-finding and Evidence-taking in a Comparative Context.** Cambridge: Intersentia, 2012.

VANZ, Maria Cristina. **La circolazione della prova nei processi civili.** Milano: Giuffrè Editore, 2008.

VARS, Frederick E. Toward a General Theory of Standards of Proof. **Catholic University Law Review.** Vol. 60, Fall 2010. Disponível em: <http://scholarship.law.edu/lawreview/vol60/iss1/3>. Acesso em: 18/07/2018.

VÁZQUEZ, Carmen. **Estándares de Prueba y Prueba Científica – Ensayos de epistemología jurídica.** Barcelona: Marcial Pons, 2013.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral.** 6 ed. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. CHALITA, Tony Ferreira de Carvalho Isaac. As normas fundamentais do novo código de processo civil e sua aplicação nos processos de competência da Justiça Eleitoral. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral.** Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

WALTON, Douglas. **Burden of Proof, Presumption and Argumentation.** New York: Cambridge University Press, 2014.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A influência do contraditório na convicção do juiz: fundamentação de sentença e de acórdão. **Revista de Processo**. vol. 168. Fev./2009. p. 53-65.

WILDE, Oscar. **The Importance of Being Earnest**. Devon: Moorside Press, 2013.

XAVIER, Trícia Navarro. O “ativismo” do juiz no tema de prova. **Revista de Processo**, vol. 159, Mai./2008, vol. 159-178.

YARSHELL, Flávio Luiz. Ação rescisória no âmbito eleitoral. In: GUILHERME, Walter de Almeida. KIM, Richard Pae. SILVEIRA, Vladimir Oliveira. (Coord.) **Direito Eleitoral e processual eleitoral: temas fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova**. São Paulo: Malheiros, 2009.

YARSHELL, Flávio Luiz. Breves anotações sobre prova no processo eleitoral à luz do novo código de processo civil. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. **Direito Eleitoral**. Coleção Repercussões do Novo CPC. Vol. 12. Salvador: Juspodivm, 2016.

YARSHELL, Flávio Luiz. Distribuição dinâmica do ônus da prova no processo eleitoral? In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ZANETTI JR., Hermes. PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. Teoria da decisão judicial no código de processo civil: uma ponte entre hermenêutica e analítica? **Revista de Processo**. vol. 259, set. 2016, p. 21-53.

ZILIO, Rodrigo López. Breves observações sobre o art. 96-B da Lei nº 9.504/97. In: TAVARES, André Ramos. AGRA, Walber Moura. PEREIRA, Luiz Fernando. **O direito eleitoral e o novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ZILIO, Rodrigo López. Do terceiro não-candidato e da aplicação das sanções pela captação ilícita de sufrágio. **Resenha Eleitoral – Nova Série**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2004.

ZILIO, Rodrigo López. O novo CPC e a proteção do direito eleitoral. In: FUX, Luiz. (Coord.) [et al.] **Direito Processual Eleitoral**. Tratado de Direito Eleitoral. Vol. 6. Belo Horizonte: Fórum, 2018.